ATA 08/2025

AUDIÊNCIA PÚBLICA E REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA

11.09.2025

1 Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no Salão Ouro Negro,
2 na Prefeitura de Criciúma, a audiência pública e a reunião ordinária com os membros do Conselho de
3 Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor Participativo de Criciúma – CDM e a comunidade
4 presente. Os trabalhos iniciaram às 19h, com a presença de nenhuma pessoa da comunidade em geral e
5 41 (quarenta e um) membros titulares e suplentes do CDM, todos relacionados na lista de presença parte
6 integrante desta ata. A reunião foi aberta pelo Secretário Administrativo do CDM Arq. Giuliano Elias
7 Colossi que agradeceu a presença de todos os membros nesta reunião passou a palavra para o Arq.
8 Giuliano Elias Colossi, que informou que o Presidente do CDM estava numa reunião e chegaria adiante,
9 em seguida verificou o quórum mínimo para a realização da reunião do CDM, e já havendo o quórum,
10 a mesma foi iniciada. Quanto aos **objetivos desta Audiência/Reunião**: *apresentar à apreciação pública*
11 *assuntos gerais referentes ao planejamento urbano municipal; apresentar as solicitações encaminhadas*
12 *a DPU quanto as correções de zoneamento de uso do solo e correções na legislação urbanística;*
13 *apresentar aos presentes os pareceres das câmaras temáticas a serem colocadas em votação nesta*
14 *reunião do CDM; colher dados, informações, anseios, críticas e sugestões.* Em seguida deu-se a **leitura**
15 **da Pauta da Audiência/Reunião**: ABERTURAS E INFORMES (REORGANIZAÇÃO DAS
16 CÂMARAS TEMÁTICAS); APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR e PROCESSOS
17 ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA TEMÁTICA II – CDM. Quanto aos **assuntos gerais** foi tratado
18 os seguintes assuntos: **OBS:** (Estas duas solicitações foram apresentadas e justificadas quando da
19 chegada do presidente do CDM, Eng.º. Sr. João Paulo Casagrande que expôs as duas solicitações
20 apresentando os locais para a elaboração de projetos urbanísticos relativos à mobilidade urbana e
21 também quanto a necessidade de aquisição de imóvel para a adaptação de edificação existente e compra
22 de outro imóvel ao lado para o funcionamento futuro do Centro de Convivência da Terceira Idade, no
23 Distrito do Rio Maina. 1) SOLICITAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO FUNDO DO ART. 169 – ATUAL
24 **PROJETOS ESPECIAIS**: Foi enviado para o CDM o Ofício nº 153/2025/INFRA - Criciúma, 01 de
25 setembro de 2025. A(o) Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM - Rua Domênico Sônego,
26 542, Santa Bárbara, Assunto: Atualização de saldo financeiro em caixa para contratação de consultoria
27 técnica em mobilidade urbana. Prezado(a) Senhor(a), *A Secretaria Municipal de Infraestrutura, por*
28 *meio deste ofício, vem respeitosamente solicitar a utilização de recurso do Fundo de Projeto Especial*
29 *(Fundo Art. 169), no valor de até R\$ 2.800.437,50 (dois milhões, oitocentos mil, quatrocentos e trinta*
30 *e sete reais e cinquenta centavos), para a seguinte finalidade: Contratação de empresa de engenharia*
31 *de tráfego para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente*
32 *intelectual, consistentes em consultoria e assessoria técnica em mobilidade urbana e trânsito, no*
33 *município de Criciúma - SC.* Esta contratação se faz necessária com o objetivo de promover melhorias
34 na mobilidade urbana, garantindo maior segurança viária, eficiência no planejamento do tráfego e
35 otimização dos deslocamentos no perímetro urbano da cidade, conforme previsto no planejamento
36 estratégico da pasta. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que
37 se fizerem necessários. João Paulo Casagrande da Rosa – Diretor de Operações e Obras. Foi informado
38 que no Decreto SG/nº 737/22, há possibilidade de se fazer este uso pretendido; **DECRETO SG/nº**
39 **737/22, de 20 de abril de 2022. (FUNDO ART. 169 – ATUAL Projetos Especiais) (...) Art.3º Os**
40 **recursos do FUNDO169 poderão ser aplicados, a critério do Conselho de Desenvolvimento Municipal,**
41 **para as seguintes finalidades: I - planos, programas, projetos e/ou estudos urbanísticos para espaços**
42 **públicos; II - obras para implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de**
43 **lazer e áreas verdes; III - criação de unidades de conservação; IV - proteção de áreas de interesse**
44 **ambiental, histórico, cultural ou paisagístico.** Após a apresentação o **Conselho de Desenvolvimento**
45 **Municipal – CDM, houve alguns questionamentos que foram respondidos e por fim, colocado em**
46 **votação os membros do CDM votaram e a solicitação foi aprovada por unanimidade. 2)**
47 **SOLICITAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO FUNDEM**: Foi enviado para o CDM o Ofício nº 015/2025
48 - Criciúma, 05 de setembro de 2025. A(o) Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM - Rua

49 Domênico Sônego, 542, Santa Bárbara, Assunto: Utilização de saldo financeiro em caixa FUNDEM
50 para pagamento de Desapropriação de área de terra conforme Lei nº 8.833 de 03 de setembro de 2025.
51 Prezado(a) Senhor(a), A Secretaria Municipal de Fazenda, por meio deste ofício, vem respeitosamente
52 solicitar a utilização de saldo do recurso FUNDEM - FR100 para pagamento de Desapropriação de área
53 de terra conforme Lei nº 8.833 de 03 de setembro de 2025, anexa, na sua totalidade, aproximadamente
54 R\$ 2,8 milhões, para a seguinte finalidade: "**Aquisição de terreno para instalação do novo Centro de**
55 **Convivência da Terceira Idade - CCTI, na grande Região do Rio Maina.**" Esta desapropriação se faz
56 necessária com o objetivo de promovendo atividades sociais e culturais de bem-estar, permitindo realizar
57 projeto previsto no planejamento estratégico da cidade. Sem mais para o momento, colocamo-nos à
58 disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, Marlucci Freitas Bitencourt
59 Vitali – Secretária Municipal da Fazenda. Apresentaram também, a seguinte Lei: Lei nº 8.833, de
60 03/09/2025: "*Autoriza o Poder Executivo a efetivar o pagamento de indenização Associação*
61 *Aposentados, Pensionistas e Idosos do Distrito do Rio Maina de Criciúma - APERMA, de bem imóvel*
62 *desapropriado amigavelmente. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, Faça saber a todos os*
63 *habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei: Art. 1º*
64 *Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar o pagamento de indenização, à Associação dos*
65 *Aposentados, Pensionistas e Idosos do Distrito do Rio Maina de Criciúma - APERMA, CNPJ Nº*
66 *80.167.976/0001-92, correspondente à desapropriação da área de terra medindo 1.775,38m² (um mil e*
67 *setecentos e setenta e cinco metros quadrados e trinta e oito decímetros quadrados), com a área*
68 *edificada de 438,93m² (quatrocentos e trinta e oito metros quadrados e noventa e três decímetros*
69 *quadrados), localizada na Avenida dos Imigrantes nº 1685, Distrito de Rio Maina, matriculada no 1º*
70 *Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma sob o nº 137.608 e Cadastro Imobiliário nº*
71 *51.865, avaliada em R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais). Art. 2º A área acima descrita*
72 *tem por finalidade a instalação do novo Centro de Convivência dos Idosos, promovendo atividades*
73 *sociais e culturais de bem-estar. Art. 3º As despesas correrão por conta de verbas próprias consignadas*
74 *no orçamento vigente, suplementadas, se necessário. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua*
75 *publicação. Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. Criciúma, 03 de setembro de 2025.*" Foi
76 informado que no que para utilização do FUNDEM - Encaminho documento ao Conselho de
77 Desenvolvimento Municipal. Prezado(a) Senhor(a), A Secretaria Municipal de Fazenda, por meio deste
78 ofício, vem respeitosamente solicitar a utilização do saldo do recurso FUNDEM – FR 100 para
79 pagamento de desapropriação de área de terra, conforme previsto em legislação vigente.
80 Atenciosamente, Maria Eduarda Serafim Rosalino -
81 Assistente de Gestão. Foi solicitada a apresentação do decreto que regulamenta o fundo e a partir da
82 leitura e conhecimento do mesmo, o **Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, votou e a**
83 **proposta de utilização do fundo (FUNDEM) foi aprovada pela totalidade dos membros presentes**
84 **na reunião.** Posteriormente, quanto a Apresentação e Leitura da Ata da última reunião: Foi informado
85 que a mesma foi disponibilizada pelo WhatsApp e na página do Plano Diretor, sendo que, por fim, o
86 texto desta foi aprovado nessa reunião pelo conjunto dos membros do CDM. Com relação aos processos
87 administrativos, referente a **Câmara Temática II**, estes foram apresentados: **1) PROCESSO Nº CPU-**
88 **2383/2025 - CINESIA ORACIO BECKER DOS SANTOS:** A requerente Sra. Cinesia Orácio Becker
89 dos Santos, CPF/CNPJ nº 548.502.669-91, residente à Rua Senador Paulo Sarasate - nº 840, Michel,
90 Criciúma - SC, vem respeitosamente a Vossa Senhoria requerer estudo para ampliação do gabarito de
91 construção, no imóvel cadastro nº 13391, por meio de ofício conforme a transcrição: "Prezados, Venho,
92 por meio deste, solicitar a realização de um estudo técnico para a ampliação do gabarito de construção
93 bem como, alteração de Zona residencial para Zona Mista, na inscrição Imobiliária
94 0.045.005.5100.004.1, Rua Senador Paulo Sarasate, nº 840, bairro Santa Bárbara. Atualmente, o terreno
95 está sujeito a restrições que limitam a quantidade de pavimentos permitidos devido a Zona residencial,
96 enquanto na rua vizinha, Almirante Tamandaré, classificada como Zona Mista, já há autorização para
97 edificações de até 16 pavimentos. Diante dessa discrepância, solicito que seja analisada a possibilidade
98 de revisão das normas vigentes para permitir maior equilíbrio no desenvolvimento urbano da área,
99 considerando aspectos técnicos e de infraestrutura. Agradeço a atenção e fico à disposição para fornecer
100 quaisquer informações adicionais." Este imóvel está localizado na ZR2-4 (zona residencial 2 – 4
101 pavimentos), de acordo com a Lei nº 8.634/2024 e a solicitação é que o mesmo seja alterado para ZC2-
102 16 ou ZM (zona central 2 – 16 pavimentos) ou (zona mista). Quanto a caracterização urbana a Rua
103 Senador Paulo Sarasate atualmente é constituída por imóveis residenciais unifamiliares, anteriormente
104 a revisão da Lei de Zoneamento, toda aquela região era classificada como ZR1-2 (zona residencial 1 –
105 2 pavimentos). A requerente apresenta justificativa e sugere a alteração do zoneamento de uso do solo

106 de ZR1-2 para ZC2-16, ou mesmo para zona que se possa verticalizar mais. Quanto aos conceitos do
107 zoneamento, de acordo com a Lei nº 8.634/2024, em seu Art.17: “Zonas Residenciais (ZR): destinadas
108 ao uso residencial exclusivo e não exclusivo, complementado pelo uso comercial não atacadista,
109 prestação de serviços e/ou indústrias, todos de pequeno porte, e outros usos permitidos e permissíveis,
110 definidos no Anexo 5: Tabela dos Parâmetros e Classificação das Atividades de Uso do Solo Municipal,
111 sendo subdividida em: (...) II - Zona Residencial 1 (ZR1): caracteriza-se pelas condições físicas com
112 restrições à ocupação e disponibilidade de infraestrutura urbana, permitindo uma ocupação de baixa
113 densidade populacional, integrada às atividades de comércio e serviços, não conflitantes com o uso
114 residencial, mediante análise do Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, respeitando
115 as características urbanas locais.” E quanto a ZC2-16, de acordo com a Lei nº 8.634/2024: “Art. 16.
116 Zonas de Centros (ZC): são caracterizadas pela maior concentração de atividades e funções urbanas de
117 caráter setorial, abrangem o centro tradicional da cidade, bem como os centros de bairros e corredores
118 comerciais, de serviços e transporte, sendo subdividida em: (...) II - Zona Central 2 (ZC2): zona que se
119 caracteriza pelas condições físicas e de infraestrutura favoráveis à ocupação intensiva, predominando as
120 atividades comerciais, serviços e residenciais.” Ou seja, há uma grande diferença quanto as duas zonas
121 de uso do solo, sem contar a possibilidade de verticalização que existe numa zona (ZC2-16) e
122 diferentemente da (ZR1-2). Mas é importante saber a história do zoneamento de uso do solo nesta região,
123 para não se cometer injustiças. No zoneamento de 1973, essa região era classificada como ZU4 - ZDB
124 (amarelo) zona de densidade baixa, conforme mapa apresentado. No zoneamento de 1984, Lei nº
125 2.039/1984, a região era Residencial Predominante (RP), como demonstrado pelo mapa apresentado.
126 De acordo com o mapa de zoneamento da Lei nº 3.900/1999, a região possuía as seguintes zonas de uso
127 do solo: ZR1-2 (zona residencial 1 – 2 pavimentos) e ZR2-4 (zona residencial 2 – 4 pavimentos).
128 Manteve-se o zoneamento residencial, ou seja, ZR1-2 para esta região próxima ao Asilo São Vicente de
129 Paula. Ou seja, as edificações residenciais existentes foram erguidas entre os anos de 1970, 1980 e
130 também nos anos de 1990, como demonstrado pelas imagens aéreas da época. De acordo com a
131 legislação atual, Lei 8.634/2024, que instituiu a nova Lei de Zoneamento de Uso do Solo, apresenta os
132 objetivos da lei: “Art. 6º A política de zoneamento e usos, consideradas as possibilidades e as limitações
133 reais do Município, visará: I - consolidar o processo de crescimento e ordenação do território do
134 Município; II - estimular a ocupação dos vazios urbanos, cumprindo a função social e ambiental da
135 propriedade e da cidade, em favorecimento da infraestrutura instalada; III - estimular a ocupação
136 ordenada e planejada junto às rodovias, com atividades comerciais, industriais e de serviços; IV -
137 preservar as características ambientais do município como um todo; e V - preservar o patrimônio
138 histórico, cultural e paisagístico, através do Tombamento e demais instrumentos pertinentes.” E, ainda:
139 “Art. 14. Para alteração de zoneamento de uso do solo e perímetro urbano, de gleba, lote ou região,
140 deverá ser protocolado requerimento endereçado ao órgão de planejamento urbano, assinado pelo(os)
141 proprietário(os) ou seu(s) representante(s) lega(is) mediante documentação hábil, apresentando
142 justificativa para a referida alteração, apresentando a situação existente e os possíveis impactos positivos
143 e/ou negativos para esta alteração, e que destes impactos sejam maiores os positivos, sempre mediante
144 prévia análise do Órgão de Planejamento urbano e Câmara(s) Temática(s) do CDM, e aprovação pela
145 Plenária do Conselho de Desenvolvimento Municipal e Audiência Pública, e por fim, aprovação do
146 Projeto de Lei pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.”
147 Quanto a questão de comparar a Rua Senador Paulo Sarasate, com a Rua Almirante Tamandaré é válida
148 a comparação destas, por conta que ambas possuem hoje características urbanas similares, porém a Rua
149 Almirante Tamandaré possui ligações importantes, ou seja, liga a Rua Henrique Lage diretamente a Av.
150 Santos Dumont. Foi informado que também quanto a Lei do Plano Diretor Participativo de Criciúma,
151 Lei nº 8.630/2024, essa também informa: “Art. 69. A política de zoneamento e usos, consideradas as
152 possibilidades e as limitações reais do Município, visará: I - consolidar o processo de crescimento e
153 ordenação do território do Município; II - estimular a ocupação dos vazios urbanos, cumprindo a função
154 social e ambiental da propriedade e da cidade, em favorecimento da infraestrutura instalada; III -
155 estimular a ocupação ordenada e planejada junto às rodovias, com atividades comerciais, industriais e
156 de serviços; IV - preservar as características ambientais do município como um todo; e V - preservar o
157 patrimônio histórico, cultural e paisagístico, através do Tombamento e demais instrumentos
158 pertinentes.” E, também: “Art. 43. As audiências terão regulamento próprio, instituído por ato do
159 Executivo Municipal, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM, observada as
160 disposições desta Lei e do Estatuto da Cidade, tendo por objetivos: I - a cooperação entre os diversos
161 segmentos da sociedade, em especial organizações e movimentos populares, associações representativas
162 dos vários segmentos das comunidades, associações de classe, Poder Executivo e Poder Legislativo do

163 Município de Criciúma; II - dar publicidade e promover debates com a população sobre temas de
164 interesse da cidade; e III - garantir o direito político de participação do munícipe, considerando-o de
165 forma individual. § 1º As audiências públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal,
166 devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no de sua
167 alteração e/ou correção, implementação e, ainda, nos demais casos previstos em lei. Portanto, houve um
168 itinerário a se considerar para a alteração de zoneamento constante da legislação atual. § 2º O
169 funcionamento das audiências será regulamentado por regimento próprio.” Como, não se pode, neste
170 caso trocar apenas o zoneamento de um único imóvel, ou mesmo de uma rua, é sugerido que haja um
171 abaixo assinado, ou mesmo a elaboração de ofício do Presidente da associação de moradores para haver
172 esta alteração. Portanto, devido ao histórico das leis de zoneamento ao longo dos anos e de que deva
173 haver mais moradores a solicitar tal alteração a DPU é contrária a alteração de zoneamento neste
174 momento. Informamos também que na ZR2-4 (zona residencial 2 – 4 pavimentos), poderá haver o uso
175 do instrumento da Outorga Onerosa (Lei Complementar nº 164/2015), para que as edificações possam
176 ser de 06 (seis) pavimentos. Há também, outras questões na legislação urbanística atual (Lei de
177 Zoneamento e Plano Diretor), que pavimentos extras podem não ser computados no número de
178 pavimentos. Então este processo foi encaminhado à Câmara Temática para Alteração de Zoneamentos
179 e Projetos Especiais – Câmara Temática II, na data de hoje, para conhecimento, discussão e parecer, a
180 ser apresentado posteriormente ao Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, em reunião
181 ordinária no dia 11/09/2025. Após a apresentação e discussões a respeito desta solicitação os membros
182 da Câmara Temática II, votaram e a proposta de alteração de zoneamento foi indeferida, como sugestão
183 foi indicado que a solicitação deveria partir da associação de moradores, por meio de abaixo assinado.
184 Após a apresentação o **Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, houve alguns**
185 **questionamentos que foram respondidos e por fim, colocado em votação os membros do CDM**
186 **votaram e a solicitação foi indeferida, e que deva ser comunicada a requerente quanto a**
187 **necessidade de apresentação de ofício com a solicitação do bairro para a alteração de zoneamento**
188 **solicitada e/ou com abaixo assinado dos moradores das quadras adjacentes.** Antes da votação o
189 conselheiro Jeferson Aléssio mostrou sua indignação quanto a aprovação da proposta de um único
190 morador para alteração do zoneamento, contida no processo nº CPU-2262/2025, na reunião de
191 14/08/2025, que não levou em consideração o abaixo assinado dos moradores da quadra que
192 apresentaram abaixo assinado contra a alteração de zoneamento, após a explanação o mesmo se retirou
193 da reunião. 2) **PROCESSO Nº CPU-2568/2025 – BIANCA BALDESSAR:** A requerente solicita
194 alteração de perímetro urbano, do imóvel de matrículas nº 68.677 e nº 68.678, cadastros nº 982238 e nº
195 984562, de propriedade de Lúcio Imóveis Ltda, localizados na Rodovia Gov. Jorge Lacerda, Bairro
196 Verdinho. A empresa proprietária dos imóveis apresenta ofício com a seguinte justificativa: “Eu, LUCIO
197 IMOVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.
198 83.459.941/0001-15, proprietário dos imóveis matriculados sob nº 68.677 e 68.678 do 1º RI de
199 Criciúma/SC, ambos localizados em Rodovia Governador Jorge Lacerda s/nº, bairro Verdinho no
200 município de Criciúma/SC, venho respeitosamente solicitar a revisão do zoneamento atribuído ao
201 referido imóvel, que passou a constar como área urbana. Os imóveis possuem características e uso
202 estritamente rurais. Atualmente está locado a uma família que mantém uma moradia simples, com
203 pequena criação de bovinos e cultivo para subsistência. O arrendamento tem como objetivo principal
204 zelar pela área, que se encontra em local afastado do núcleo urbano consolidado. Em anexo, seguem
205 imagens dos imóveis para comprovação do uso. Além disso, os imóveis sempre foram declarados e
206 tributados junto à Receita Federal pelo Imposto Territorial Rural - ITR, sob os números
207 809.039.006.831-8 e 950.165.056.545-4, e cadastrados no CIB sob os números 0.818.550- 6 e
208 6.953.089-0, conforme Certidões Negativas de Débitos anexas. Verificamos que, após a alteração de
209 zoneamento, o imóvel passou a constar como urbano, o que resultou no lançamento de débitos de IPTU
210 referentes a exercícios anteriores. Ocorre que, por todo esse período, o imóvel já vinha sendo
211 regularmente declarado e tributado junto à Receita Federal pelo ITR, de forma que houve uma
212 sobreposição de tributos sobre a mesma área. Diante disso, entendemos ser adequada a revisão desses
213 lançamentos, a fim de evitar duplicidade de cobrança. Diante do exposto, solicito a este órgão que seja
214 analisada possibilidade de reverter o zoneamento do imóvel para sua condição rural, por melhor refletir
215 o uso atual e a vocação da área. A baixa dos débitos de IPTU lançados retroativamente, considerando
216 que o imóvel sempre foi declarado como rural e que os respectivos ITRs já foram pagos em todos os
217 anos anteriores; Coloco-me à disposição para apresentar documentos informações adicionais, caso seja
218 necessário, e agradeço desde já a atenção.” Foi mostrado que os imóveis em questão estão dentro da
219 área do Perímetro Urbano, possuindo zonas de uso do solo. Foram apresentadas as documentações

220 relativas e comprovatórias quanto as características rurais das glebas. Analisando a história das
221 delimitações do perímetro urbano, observamos que até o ano de 1999, essas glebas não estavam em
222 perímetro urbano. A partir da revisão do Plano Diretor de 2012, a área do perímetro urbano foi ampliada,
223 pegando glebas em áreas das rodovias que chegavam na BR-101, para se promover o crescimento urbano
224 futuro. Ou seja, as glebas em questão estão no perímetro urbano desde 2012, e foram mantidas com a
225 aprovação da Lei nº 8.630/2024 que instituiu o Plano Diretor: “TÍTULO IV - DA POLÍTICA DE
226 ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO - CAPÍTULO I -DO PERÍMETRO URBANO - Art. 57. A área
227 urbana de Criciúma é definida por lei específica, devidamente aprovada pelo Conselho de
228 Desenvolvimento Municipal, pela Câmara de Vereadores de Criciúma e sancionada pelo chefe do Poder
229 Executivo.” O traçado do perímetro urbano atualmente se mantém o mesmo de 2012. A DPU é pelo
230 indeferimento da solicitação, uma vez que as glebas apesar de estarem no perímetro urbano, já possuem
231 cadastro e características rurais. Foi encaminhado este processo à Câmara Temática II do CDM para
232 conhecimento, discussão e parecer, a ser apresentado posteriormente ao Conselho de Desenvolvimento
233 Municipal. CIMOB - Cartografia - CLEBEONIR DORNELES JESUS, deu a seguinte resposta:
234 Observações: O cadastro 984562 (matrícula 68677) teve processo deferido de atividade rural (441616)
235 em 2015. Foi solicitada a reapresentação de laudo em 2021. O cadastro 982238 (matrícula 68678) teve
236 processo deferido de atividade rural (441616) em 2015. Foi solicitada a reapresentação de laudo em
237 2022. Gabriel Felipe Dias – Fiscal Geral – Diretoria de Cadastro Imobiliário. Foi apresentado o parecer
238 administrativo da Diretoria de Cadastro: Trata-se de pedido formulado por LÚCIO IMÓVEIS LTDA,
239 em que é solicitado “a possibilidade de reverter o zoneamento do imóvel para condição rural – cadastros
240 n°s 982238 e 984562, bem como o cancelamento dos débitos de IPTU”. Pois bem. Após análise, cumpre-
241 nos informar que o cadastro 982238 foi lançado no ano de 2014 através do processo administrativo n°
242 432475. Da mesma forma, o cadastro n° 984562 foi lançado no ano de 2015 através do processo 441616.
243 À época, ambos imóveis foram vistoriados e obtiveram laudo favorável quanto as atividades
244 agrossilvipastoris, permanecendo cadastrados sem a incidência de IPTU e COSIP até o ano de 2021.
245 Para o ano de 2022, todos os imóveis até então cadastrados com atividades agrossilvipastoris deveriam
246 apresentar um novo laudo expedido pela Gerência de Agricultura para continuarem sem a incidência de
247 IPTU e COSIP (conforme processo administrativo n° 624472).Portanto, em havendo comprovação de
248 que os imóveis cadastrados sob os n° 982238 e 984562 ainda possuam atividades agrossilvipastoris, os
249 mesmos retornam a condição de imóvel com atividade rural dentro do perímetro urbano e, portanto, sem
250 cobrança de IPTU e COSIP. Ressalta-se, ainda, que tais esclarecimentos foram repassados à requerente
251 via telefone na presente data. Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de estima
252 e apreço. CLEBEONIR DORNELES JESUS – Eng° Agrimensor - Cadastro e Cartografia - Matrícula
253 55624. Após a apresentação e discussões a respeito desta solicitação os membros da Câmara Temática
254 II, indeferiram a solicitação de alteração do perímetro urbano e zoneamento e foi sugerido que os
255 proprietários provem, a quem de direito, que as glebas têm ainda as características rurais, para não
256 pagamento de IPTU e/ou outros impostos municipais. Após a apresentação o **Conselho de**
257 **Desenvolvimento Municipal – CDM, houve alguns questionamentos que foram respondidos e por**
258 **fim, colocado em votação os membros do CDM votaram e a solicitação foi** indeferida de alteração
259 do perímetro urbano no imóvel de matrículas n° 68.677 e n° 68.678, cadastros n° 982238 e n° 984562, e
260 sugeriu-se que os requerentes façam a solicitação de vistoria da propriedade rural para o não pagamento
261 de IPTU, e sim o pagamento do imposto rural. 3) **PROCESSO N° CPU - 2607/2025 – IDEAL**
262 **REALIZAÇÕES IMOBILIARIAS LTDA (com procuração):** O requerente solicita a alteração de
263 zoneamento, do imóvel de cadastro n° 995573, matrícula n° 62.591, localizado na Rua Lucas Peruchi,
264 Bairro Jardim Montevideú. O requerente assim solicita: “Vimos pelo presente requerimento solicitar
265 alteração de zoneamento do imóvel inscrito no cadastro municipal sob o número 995573, Inscrição
266 Imobiliária número 1.187.212.0500.010.0 e Matrícula 62.591 de Zona de Área Proteção Ambiental (Z-
267 APA) - APA do Morro da Cruz para Zona Residencial 1 (ZR1-2). A solicitação se justifica pelo fato de
268 que a área está totalmente degradada tendo apenas vegetação exótica e que o seu entorno está ocupado
269 por residências multifamiliares. Sendo o que tínhamos para o momento, solicitamos deferimento.”
270 Quanto ao zoneamento de uso do solo a gleba está localizada na Z-APA, não havendo plano de manejo
271 para a mesma. Foram apresentados os parâmetros urbanísticos, de acordo com o Anexo 03 do PD. E
272 segundo a Lei 8.630/2024 (Lei do Plano Diretor) a Z-APA é assim conceituada: “Art. 22. Constituem
273 diretrizes gerais do Plano Diretor Participativo Municipal de Criciúma: III - Meio Ambiente: e) Elaborar
274 os planos de manejo nas Z-APAS, no Morro Casagrande (Morro do Céu), Morro da Cruz (Morro do
275 Caravaggio) e Morro Mãe Luzia;” E segundo a Lei 8.634/2024 (Lei do zoneamento de uso do solo) a
276 Z-APA é assim conceituada: “Art. 25. A Zona de Áreas de Proteção Ambiental (Z-APA): é a zona que

277 possui áreas de preservação permanente (APP) e áreas que poderão ser definidas como proteção
278 ambiental (APA) destinadas à proteção da diversidade biológica, disciplinando o processo de ocupação
279 e assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais em terras públicas ou privadas, podendo
280 ser subdividida em: (...)§ 1º O Plano de Manejo da Z-APA deverá ser definido em legislação específica,
281 em conformidade com o Plano Diretor Participativo de Criciúma, no prazo máximo de 5 (cinco) anos
282 contados a partir da aprovação desta Lei, em que poderão os limites desta zona serem corrigidos e
283 criados novas zonas internas de uso do solo específicas, conforme caput. § 2º Nesta zona as glebas
284 destinam-se prioritariamente à promoção ambiental e ao uso e manejo sustentável, associado ao uso
285 residencial, com predominância de vegetação secundária de estágio inicial, médio e avançado. § 3º Passa
286 a ser permitido o parcelamento do solo na forma de desmembramento, nas Zonas de Uso do Solo Z-
287 APA (zona de áreas de proteção ambiental), bem como outros tipos de parcelamento do solo
288 (loteamentos, condomínios, dentre outros) naquelas Z-APAS em que já aprovação do Plano de Manejo.”
289 Não foi apresentado o Diagnóstico Ambiental Preliminar com relação a existência de recursos hídricos
290 superficiais, resultantes em Áreas de Preservação Permanente – APPs, caracterização da cobertura
291 florestal nativa remanescente, e declividades, visando orientar o proponente frente ao uso e ocupação
292 do solo do terreno e complementar o processo de alteração do zoneamento municipal urbano instituído
293 pela Lei Complementar nº 8.634, junto ao Conselho de Desenvolvimento Municipal do Município de
294 Criciúma, que objetiva a viabilização de empreendimento destinado ao parcelamento do solo na
295 modalidade de loteamento com lotes para atividades residenciais. Mesmo sem a apresentação do Estudo
296 Ambiental, neste momento, a DPU é pelo indeferimento desta solicitação, em virtude de não haver sido
297 realizado o Plano de Manejo, mesmo no período de vigência da Lei Complementar nº 095/2012. O que
298 deve ser realizado com a aprovação da Lei nº 8.630/2024. Por hora, não encaminharemos esse processo
299 a DEMACRI, por conta de inexistência do Diagnóstico Ambiental Preliminar. Este processo foi
300 encaminhado à Câmara Temática II - Alteração De Zoneamentos e Projetos Especiais para
301 conhecimento, discussão e parecer, a ser apresentado posteriormente ao Conselho de Desenvolvimento
302 Municipal. Após a apresentação e discussões a respeito desta solicitação os membros da Câmara
303 Temática II, indeferiram a alteração de zoneamento enquanto não houver Plano de Manejo desta Z-
304 APA. Após a apresentação o **Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, houve alguns**
305 **questionamentos que foram respondidos e por fim, colocado em votação os membros do CDM**
306 **votaram e a solicitação de alteração do zoneamento foi indeferida enquanto não houver Plano de**
307 **Manejo desta Z-APA.** Foi informado que o processo de contratação de empresa para este estudo já está
308 em andamento. **4) PROCESSO Nº CPU-2648/2025 – GIASSI CONSTRUTORA (com procuração**
309 **do proprietário):** Nesse Processo Administrativo foi apresentada proposta para a utilização da Lei dos
310 Projetos Especiais (antigo Art. 169), para uma melhor qualidade arquitetônica na implantação do
311 empreendimento proposto. A localização do anteprojeto deste empreendimento situa-se na Rua 731 nº
312 s/nº, Bairro Vila Francesa, cadastro nº 1007492, matrícula nº 132.960, com área de 10.578,28 m²
313 (consulta prévia e escritura). A apresentação desse anteprojeto está de acordo com o Art. 2º, da Lei nº
314 8.635/2024, quanto ao tamanho do imóvel para o desenvolvimento do anteprojeto. “Art. 1º Em glebas,
315 a partir de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) onde não ocorreu parcelamento do solo e onde não
316 foi configurada malha viária, poderão ser liberados empreendimentos imobiliários verticais
317 diferenciados, com usos, índice de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de infiltração, número de
318 pavimentos, recuo frontal e afastamento diferentes dos parâmetros urbanísticos básicos estabelecidos na
319 Lei do Zoneamento.” Este imóvel, utilizado para o anteprojeto arquitetônico apresentado, localiza-se
320 em grande parte na zona de uso do solo ZR2-4 (zona residencial 2 – 4 pavimentos) e uma pequena
321 parcela como ZM2-4 (zona mista 2 – 4 pavimentos) de acordo com a Lei 8.634/2024 (lei de
322 zoneamento). O imóvel situa-se na Rua nº 730 (não está aberta) e nº 731, que é caracterizada como um
323 vazio urbano. No passado foi aprovado neste imóvel um projeto de edificações verticais em blocos, o
324 qual não foi terminado pela falência da empresa. Não foi apresentado para este imóvel um anteprojeto
325 utilizando-se os parâmetros das zonas de uso ZR2-4. E segundo a empresa: “No zoneamento atual do
326 terreno, classificado como ZONA MISTA 2-4 e ZONA RESIDENCIAL 2-4, é permitida a implantação
327 de um conjunto habitacional com até 6 pavimentos e área computável máxima de 37.023,98 m².
328 Considerando que a metragem média de um apartamento de 2 dormitórios na Faixa Urbano 2 do
329 programa Minha Casa Minha Vida é de 49,00 m², estima-se a viabilidade de até 755 unidades
330 habitacionais, com capacidade estimada para aproximadamente 3.020 moradores. O terreno, contudo,
331 possui edificações abandonadas em estado precário, cuja estrutura não permite reaproveitamento devido
332 à ausência de informações sobre sua resistência estrutural e encontram-se degradadas pelo abandono.
333 Além disso, as construções existentes contam com estacas profundas que não podem ser removidas, o

334 que encarece significativamente a execução de novas fundações. Diante disso, solicita-se a flexibilização
335 do gabarito para até 14 pavimentos, com a implantação de apenas dois blocos posicionados no
336 alinhamento frontal do terreno e com afastamentos superiores aos exigidos pela legislação vigente —
337 sendo o menor deles de 11 metros e, na maioria dos casos, superiores a 50 metros. Do ponto de vista
338 urbanístico, essa proposta traz benefícios significativos ao entorno: ao concentrar a edificação em apenas
339 duas torres bem espaçadas, garante-se maior permeabilidade visual, ventilação e insolação, além de um
340 conjunto arquitetônico mais harmônico. Se levar em consideração o zoneamento atual, a implantação
341 de diversos blocos de 6 pavimentos (além do térreo com garagens), com afastamentos mínimos de
342 apenas 5,50 metros, geraria maior adensamento construtivo e menor qualidade ambiental. O requerente
343 destaca que a proposta contempla 100% das vagas de garagem cobertas, mais de 1.200 m² de área de
344 lazer e mais de 800 m² de área verde, garantindo qualidade de vida dos futuros moradores. Dessa forma,
345 considerando que a única flexibilização solicitada se refere ao número de pavimentos, e que essa
346 alteração representa ganhos urbanísticos e sociais para a comunidade e para o entorno, requer-se o
347 deferimento do enquadramento do projeto na Lei dos Projetos Especiais, com autorização para gabarito
348 de até 14 pavimentos.” Foi apresentada a solicitação do requerente quanto a excepcionalização dos
349 parâmetros urbanísticos, conforme o §1º, do Art. 2º, da Lei nº 8.635: “§1º. Para aprovação do anteprojeto
350 deste artigo, o interessado deverá submeter ao órgão de planejamento do Município o referido
351 anteprojeto, informando exatamente quais parâmetros urbanísticos constantes do caput deseja
352 excepcionalizar, justificando cada um deles.” Foram apresentados os parâmetros urbanísticos com e sem
353 o uso da Lei dos Projetos Especiais. Apresentadas também as plantas baixas dos pavimentos e as
354 perspectivas em 3D. Por fim, a DPU deu seu parecer que este anteprojeto arquitetônico, possui tipologia
355 de implantação dos volumes diferenciados para a utilização como solicitado pelo Lei dos Projetos
356 Especiais (antigo Art. 169), apesar de possuir infraestrutura aos condôminos, não há nada que o
357 diferencie arquitetonicamente como requer da Lei dos Projetos Especiais, pois pelo tipo de
358 financiamento e público, isso conta em contrário. Quanto a área de lazer do condomínio, essa apresenta
359 ser satisfatória. Aonde há atividades de lazer para os futuros moradores. Não há presença de edificações
360 para uso comercial. Os 02 blocos possuem 14 pavimentos. Se considerarmos o número de unidades
361 (280) e considerando no mínimo 03 moradores por unidade, podemos prever que a população poderá
362 chegar no total 840 moradores. Após a apresentação desse anteprojeto, a DPU concluí que esse pode se
363 enquadrar na Lei dos Projetos Especiais, devido tipologia arquitetônica de disposição dos blocos,
364 distância entre os mesmos e distância dos imóveis vizinhos e mesmo por fazer uso de uma área
365 abandonada. Informamos que o se no anteprojeto forem aprovados os parâmetros urbanísticos
366 específicos pelo Conselho, o interessado submeterá o projeto a aprovação do órgão de análise de
367 projetos, que deverá fazer a análise normalmente, excepcionalizando apenas os parâmetros solicitados
368 e aprovados pelo CDM e as demais disposições específicas deste artigo. Nos casos em que o anteprojeto
369 for indeferido na Câmara temática II, o Secretário Executivo do CDM informará do indeferimento ao
370 interessado, cabendo a este optar por eventual alteração do anteprojeto e nova análise da Câmara
371 Temática II ou solicitar o encaminhamento do anteprojeto ao plenário. Independentemente de aprovação
372 pelo Conselho, o projeto deverá atender o código de obras, a legislação ambiental pertinente, além do
373 Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV quando não dispensada pela Lei Complementar n.º 221/2017.
374 Como já não houve parcelamento anterior deverá haver a respectiva doação das áreas de utilidade
375 pública e verde, não sendo possível dispensar as referidas doações. Devido a excepcionalidade dos
376 projetos que fizerem uso deste artigo, quanto aos critérios urbanísticos, arquitetônicos, funcionais,
377 estéticos, plásticos e conceituais, o CDM possui liberdade na aprovação ou não dos referidos
378 anteprojeto. A contrapartida para aprovação do anteprojeto previsto neste artigo, será calculada
379 conforme valores abaixo, podendo ser paga através de obras de interesse público pelo empreendedor,
380 ou pagamento ao Fundo específico a ser criado por lei: I – Para empreendimentos “futuro” em ZR2-4
381 será pago 2,00% do CUB/SC por metro quadrado computável dos pavimentos que excederem o
382 permitido pelo Anexo 3 do Plano Diretor. Este processo será encaminhado à Câmara Temática II -
383 Alteração De Zoneamentos e Projetos Especiais para conhecimento, discussão e parecer, a ser
384 apresentado posteriormente ao Conselho de Desenvolvimento Municipal. O requerente deverá obter a
385 aprovação prévia do projeto arquitetônico aprovado pelo Conselho em até 02(dois) anos da data da
386 Resolução do CDM, sendo que, após este prazo, poderá a critério do interessado ser reanalisado e
387 reaprovado pelo Conselho. Este processo foi encaminhado à Câmara Temática II - Alteração De
388 Zoneamentos e Projetos Especiais para conhecimento, discussão e parecer, a ser apresentado
389 posteriormente ao Conselho de Desenvolvimento Municipal. E por fim, após a apresentação e discussões
390 a respeito desta solicitação os membros da Câmara Temática II, votaram, e a proposta de utilização da

391 Lei dos Projetos Especiais foi aprovada para ser apresentado o projeto arquitetônico definitivo. Após a
392 apresentação o **Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, houve alguns questionamentos**
393 **que foram respondidos e por fim, colocado em votação os membros do CDM votaram e o**
394 **anteprojeto apresentado foi aprovado para a utilização da Lei dos Projetos Especiais (Lei nº**
395 **8.635/2024), por unanimidade. 5) PROCESSO Nº CPU-2760/2025 – SINDUSCON – SINDICATO**
396 **DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO SUL CATARINENSE**: O requerente, em
397 nome do SINDUSCON - Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Sul Catarinense, solicita uma
398 correção no texto da Lei Complementar nº 164/2015 e Lei Complementar nº 346/2020, que trata da
399 Outorga Onerosa e da Transferência do Direito de Construir. Segundo o requerente: “Estamos sugerindo
400 estes ajustes porque entendemos que a interpretação da Lei, conforme hoje descrita, pode suscitar dúvida
401 quanto ao pagamento, pois pode dar a entender que se somariam as áreas de IA e do uso de pavimento
402 (s) extra (s). O que não foi o que se pensou quando da criação desta referida lei. Acreditamos que com
403 este novo texto ficará bem claro que o cálculo de outorga deverá ser calculado sobre o maior valor do
404 uso do IA ou do número de pavimento (s) extra (s) e nunca somando os dois.” As correções solicitadas
405 são no Artigo 8º: “*Art. 8º O cálculo da outorga onerosa será realizado a partir dos índices máximos,*
406 *conforme Tabela do Anexo X da Lei Complementar 095/2012. § 1º A concessão da outorga onerosa*
407 *autoriza a utilização, quando possível, da taxa de ocupação máxima, índice de aproveitamento máximo*
408 *e/ou a construção de pavimentos extras, conforme previsto na Tabela do Anexo 10 da Lei Complementar*
409 *nº 95/2012. (Redação dada pela Lei Complementar nº 346/2020)”* O que se quer corrigir é a retirada da
410 possibilidade de haver a interpretação de pagamento de outorga onerosa em duplicidade, sendo o texto
411 sugerido esse: “*§ 1º A concessão da outorga onerosa autoriza a utilização, quando possível, da taxa de*
412 *ocupação máxima, do índice de aproveitamento máximo* ~~*e/ou a construção de pavimentos extras,*~~
413 *conforme previsto na Tabela do Anexo ~~10 da Lei Complementar nº 95/2012.~~ 03, da Lei nº 8.634/2024.*
414 *(Lei do Zoneamento de Uso do Solo, e dá outras providências).”* E, no Artigo 9º: “*Art. 9º Os valores da*
415 *outorga deverão ser calculados na forma abaixo descrita, e recolhidos diretamente ao Fundo de*
416 *Desenvolvimento Municipal - FUNDEM. § 1º Para a aquisição de parâmetros excedentes ao básico até*
417 *ao máximo permitido, o adquirente deverá:*a) *Em caso de pavimento (s) extra (s) utilizado (s) com a*
418 *outorga, pagar pela área computada da área construída deste (s) pavimento (s); b) Em caso de*
419 *excedente aos parâmetros básicos (taxa de ocupação e índice de aproveitamento), pagar pela metragem*
420 *da área construída excedente total na T.O. e área computável excedente no I.A. (Redação dada pela Lei*
421 *Complementar nº 346/2020)”* c) *Quando houver área excedente no I.A. (índice de aproveitamento)*
422 *básico e utilização de pavimento (s) extra (s) no mesmo projeto, será utilizado a maior área para o*
423 *cálculo do valor de pagamento da outorga.”* Assim como no Artigo 12: “*Art. 12 Fica instituída no*
424 *Município de Criciúma a Transferência do Direito de Construir, enquanto instrumento de Indução ao*
425 *Desenvolvimento Urbano, autorizada pelo Município, mediante escrituração pública, para fins de*
426 *permitir edificações acima do limite estabelecido pelos parâmetros básicos até os máximos da*
427 *transferência prevista na tabela do ~~anexo-10 da Lei Complementar nº 095 de 28 de dezembro de 2012~~*
428 *(Plano Diretor Participativo de Criciúma). 03, da Lei nº 8.634/2024. (Lei do Zoneamento de Uso do*
429 *Solo, e dá outras providências).”* (...) A criação deste parágrafo: “*§ 11º A concessão da Transferência*
430 *do Direito de Construir autoriza a possibilidade de utilização, quando possível, da taxa de ocupação*
431 *máxima, do índice de aproveitamento máximo ou a construção de pavimentos extras, conforme previsto*
432 *na tabela do Anexo 03 da Lei nº 8.634/2024. (Lei do Zoneamento de Uso do Solo, e dá outras*
433 *providências).”* A DPU concorda que há duplicidade de interpretações entre o somatório das áreas acima
434 do I.A. básico, mais o número de pavimentos extras nas diferentes zonas de uso do solo. Portanto,
435 concordamos em melhorar a interpretação do texto como apresentado. Porém, deveríamos também
436 corrigir nesta Lei, todos os artigos e parágrafos que citam a Lei Complementar nº 095/2012, pois
437 atualmente o anexo que informa os parâmetros básicos e máximos foi transferida para o Anexo 03, da
438 Lei nº 8.634/2024. (Lei do Zoneamento de Uso do Solo, e dá outras providências). Acreditamos também,
439 que haveria a necessidade de se rever as porcentagens excedentes dos parâmetros nas diferentes zonas
440 de uso do solo, sugerimos que: Nas zonas ZR 2-4 (zona residencial 2 – 4 pavimentos), ZM 2-4 (zona
441 mista 2 – 4 pavimentos), ZC 1-4 (zona central 1 – 4 pavimentos), ZI-1 (zona industrial – 1), ZI-2 (zona
442 industrial – 2) e ZEIHC (zona de especial interesse histórico e cultural), que hoje é de **5%** do CUB por
443 área a mais computada, no I.A.; **na** T.O ou acréscimo de pavimentos extras, passe para **8%** do CUB por
444 área a mais computada. Nas zonas ZR 3-8 (zona residencial 3 – 8 pavimentos), ZM 1-8 (zona mista 1 –
445 8 pavimentos), ZM 2-8 (zona mista 2 – 8 pavimentos) e ZC3-8 (zona central 3 – 8 pavimentos) que hoje
446 é de **9%** do CUB por área a mais computada, no I.A.; **na** T.O ou acréscimo de pavimentos extras, passe
447 para **10%** do CUB por área a mais computada. E, nas zonas ZM 1-16 (zona mista 1 – 16 pavimentos) e

448 ZC 2-16 (zona central 2 – 16 pavimentos) que hoje é de ~~11%~~ do CUB por área a mais computada, no
449 I.A.; na T.O ou acréscimo de pavimentos extras, passe para 12% por área a mais computada. Isto, pois
450 com a experiência na aplicação deste instrumento a partir do ano de 2015, foi-se verificando que o
451 retorno financeiro não foi como o esperado, e também, pela proporcionalidade irregular entre o 5%
452 (6%,7%) para 8%, do 9% para 10% e do 11% para 12%, onde o 5% passaria para mais (1%,2%) 8%; do
453 9% (1%) para 10% e do 11% (1%) para 12%, para haver a possibilidade de utilização do fundo em mais
454 obras públicas necessárias como reflexo no aumento da densidade urbana, ou mesmo em obras públicas
455 de interesse público elencadas pelas Associações de Moradores e mesmo via Gabinete do Prefeito; com
456 a outorga onerosa; e também por conta de todas as benesses que as Leis Urbanísticas já concedem aos
457 empreendedores. Informamos que este processo não foi encaminhado à Câmara Temática I do CDM
458 para conhecimento, discussão e parecer, por conta da data do protocolo, porém achamos por bem que
459 podemos apresentar diretamente ao Conselho de Desenvolvimento Municipal. Após a apresentação e
460 explicação aos membros presentes do **Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, houve**
461 **alguns questionamentos que foram respondidos e por fim, colocado em votação os membros do**
462 **CDM votaram e as alterações na Lei da Outorga Onerosa foram aprovadas, houve duas**
463 **abstenções.** Por fim, foi agradecida a presença de todos nesta audiência/reunião, e a mesma foi
464 encerrada tendo o seu término às 21h. Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Giuliano
465 Elias Colossi, lavrei a presente Ata, e posteriormente, será por todos os presentes lida e assinada.